

Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP)

Participation of women through the formation of productive groups in rural settlements in the Andradina (SP) microregion

Ana Heloisa Maia

E-mail: anaheloisamaia@unemat.br

Engenheira Agrônoma. Doutorado em Agronomia/Sistemas de Produção. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Nova Xavantina-MT

Antonio Lázaro Sant’Ana

E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

Engenheiro Agrônomo. Doutorado em Sociologia. Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Ilha Solteira-SP

Flaviana Cavalcanti da Silva

E-mail: flaviana_cavalcanti@hotmail.com

Engenheira Agrônoma. Doutorado em Agronomia/Sistemas de Produção. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Campus de Sinop-MT

Ana Paula Pinheiro Zaratim

E-mail: anazaratim@hotmail.com

Engenheira Agrônoma. Docente da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa-MT

Recebido em: 20/02/2018
Aprovado em: 03/05/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN.-JUN.2018

RESUMO

Este trabalho visa a relatar e analisar a participação das mulheres envolvidas em grupos produtivos de dois assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP), procurando enfatizar as experiências vivenciadas por elas, a formação dos grupos, suas estratégias e os desafios enfrentados. As mulheres envolvidas nos grupos têm desenvolvido ações que visam à geração de renda por meio da transformação e agregação de valor a produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas) e da confecção de diversos tipos de artesanatos. Essas ações têm permitido as trocas de experiência e a construção de novos espaços de convivência/socialização. Entre os principais desafios, está o reconhecimento do trabalho da mulher no meio rural.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Agricultora; Cooperação; Gênero.

ABSTRACT

This aim of study is to report and analyze the participation of women involved in productive groups from two rural settlements in the Andradina (SP) microregion, seeking to emphasize the experiences of these women, the formation of groups, their strategies and the challenges faced. The women involved in the groups have developed actions aimed at income generation, through the transformation and aggregation of value to agricultural and traditional products (breads, biscuits) and the manufacture of various types of handicrafts. These actions have allowed the exchange of experience and the construction of new spaces of coexistence/socialization. Among the main challenges is the recognition of women's work in rural areas.

Keywords: Family farming; Farmer; Cooperation; Gender.

Introdução

Os assentamentos rurais, como contexto de mudança social, são espaços rurais em construção, em sua maior parte, frutos de processos de mobilização social por meio de movimentos sociais e organizações sindicais, bem como da ação de diferentes atores, criados a partir de uma lógica de intervenção governamental sobre situações de conflitos, conforme a visibilidade e gravidade dos mesmos (MEDEIROS e LEITE, 2004). Na área rural, apesar da representação considerável do sexo feminino na esfera produtiva, o trabalho executado pelas mulheres tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e elas formam um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas (BRUMER e PAULILO, 2004).

Boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. Ainda que esses estudos tenham revelado aspectos relevantes relacionados à situação de desigualdade enfrentada pelas mulheres, como a sua importância nas atividades agrícolas e o seu papel na reprodução social das famílias rurais, permanecem lacunas quanto às circunstâncias opostas e às alternativas a essa desigualdade (SILVA et al., 2010).

As mudanças relacionadas à situação das mulheres do campo passaram a ser evidenciadas a partir das décadas de 1980 e 1990 com o movimento de mulheres camponesas, que intensificaram as discussões ligadas à suas condições de vida, buscando sua identificação como trabalhadoras rurais, com direito à terra, igualdade e outros fatores que foram determinantes para o reconhecimento público da mulher rural. Lavinás (1991) mostra que esses aspectos foram explicitados em *slogans* usados por elas durante os primeiros movimentos de mulheres camponesas na década de 1980: “Do lar, não! Mulheres Trabalhadoras Rurais” e “Mulher Trabalhadora Rural: declare sua Profissão”.

As reivindicações das mulheres possibilitaram a preservação de direitos na Constituinte de 1988, o que lhes garantiu o acesso à terra e abriu portas para outras conquistas, como ter o nome na nota relativa à venda de produtos e ter acesso ao crédito rural, ao salário maternidade, à aposentadoria e a outros benefícios que passaram a colocá-las em uma posição de visibilidade social e produtiva (MENEGAT, 2008).

Após muitas décadas de mobilização e articulação das mulheres rurais em torno do reconhecimento da sua profissão, do direito à sindicalização e da garantia de sua

autonomia financeira e produtiva, elas começam a identificar e a denunciar as diversas formas de violência também dentro das famílias rurais, que muitas vezes não é percebida, como: a proibição de ir a uma reunião; a falta de espaço na família para discutir as questões estratégicas da produção; a falta de acesso ao gerenciamento da propriedade e ao uso dos recursos comuns (tais como a terra, os instrumentos de trabalho, os recursos financeiros, etc.) (SILIPRANDI, 2009).

Simião e Marchi (1995) afirmam que as mulheres, ao extrapolar as funções de dona de casa e assumir novos espaços no mercado de trabalho, põem em jogo uma série de imagens conflitantes entre o âmbito masculino e o feminino. Tradicionalmente, a função de sustentar a casa e a família tem um caráter simbólico eminentemente associado ao masculino. Dessa forma, quando a mulher começa a obter um rendimento, fruto de seu próprio trabalho, o marido sente que seu “espaço masculino” está sendo invadido.

Segundo Yannoulas (2002), 20% da população feminina economicamente ativa concentrava-se em atividades agrícolas: 39%, entre elas, eram trabalhadoras sem remuneração alguma e 42% produziam para o próprio consumo, ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebiam nenhum tipo de compensação financeira, sendo que o percentual de homens na mesma situação não atingia sequer 27%.

A participação da mulher é significativa na produção, na construção de redes de sociabilidade via sistema de parentesco (fundamentais para consolidar as estratégias familiares) e em atividades de cunho político mais geral. Apesar disso, na maioria dos casos, o trabalho da mulher não é reconhecido, e elas acabam sendo excluídas de certos espaços decisórios, sendo-lhes negados (na prática) alguns direitos, como os de herança e sucessão na terra (WOORTMANN, 1995; TEDESCO, 1999; SANT’ANA, 2003).

Alguns autores abordam que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras, incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, manejo da horta doméstica e de pequenos animais do quintal).

A interferência de alguns agentes externos nos assentamentos pode contribuir para ampliar a inserção das mulheres no contexto da reforma agrária, pois, embora a

participação feminina tenha aumentado nesse âmbito, os números revelam que ainda são poucas as mulheres que participam do processo de organização para possíveis ocupações de terras e também de determinadas decisões dentro do lote, como as referentes à comercialização (TRIGO, SANT'ANA e TARSITANO, 2009).

As atividades executadas pelas mulheres são mais expressivas quando organizadas e desenvolvidas em grupos. Nesse sentido, Moser (1999) afirma que:

(...) no empoderamento, há o reconhecimento de que suas estratégias não serão implementadas sem o esforço sustentado e sistemático das organizações de mulheres e grupos similares que podem utilizar não apenas as mudanças legais, como também a mobilização política, a conscientização e a educação popular. Aqui, se reconhece o triplo papel das mulheres e busca-se, através das organizações de mulheres de baixo pra cima, conscientizar as mulheres para que desafiem a subordinação (MOSER, 1999, p.55).

A microrregião de Andradina, no estado de São Paulo, é fortemente marcada pelos processos de luta pela terra. A partir da década de 1980, acentua-se a concentração fundiária, gerando diversos conflitos por disputa de território, culminando na desapropriação de terras na região e na formação de diversos assentamentos rurais. Como consequência da manifestação de trabalhadoras rurais, denominada “Marcha das Margaridas”, realizada desde o ano 2000, a luta pela inserção das mulheres no contexto da reforma agrária tem estimulado os debates sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na família e no mundo do trabalho. Assim, a clássica distinção de atividades tradicionalmente patriarcais, destinadas somente aos homens, começa a sofrer gradativas mudanças no meio rural a partir das organizações e grupos de mulheres, extrapolando-se para a esfera pública e exigindo-se um novo olhar às mulheres do campo.

Segundo Menegat (2008), refletir sobre as mulheres assentadas, que percorreram uma história de migração em busca de terra, é admitir que a construção da identidade encontra-se carregada de elementos voltados à memória das lutas passadas, às experiências que viveram em grupo e às tradições históricas e culturais que marcaram suas vidas. Diante do exposto, este trabalho visa a relatar e analisar a participação das mulheres envolvidas em grupos produtivos de dois assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP), procurando enfatizar as experiências vivenciadas por elas, a formação

dos grupos, suas estratégias e os desafios enfrentados pelas mulheres assentadas na consolidação do seu espaço dentro e fora do assentamento.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em dois Projetos de Assentamento (P.A.) da microrregião de Andradina (SP), sendo eles: Timboré, implantado em 1995, com área de 3.379,82 hectares e 176 famílias assentadas, abrangendo os municípios de Andradina e Castilho (SP), e Pendengo, criado em 2009, com aproximadamente 5.000 hectares e 201 famílias assentadas, localizado no município de Castilho (SP).

O método empregado baseia-se na abordagem quantitativa e qualitativa, amplamente utilizada no desenvolvimento de pesquisas descritivas (OLIVEIRA, 2006). Foram aplicados questionários, com questões abertas e fechadas, a 20 mulheres de cada assentamento, pertencentes aos grupos mencionados, procurando identificar como se deu a formação de cada um deles, o trabalho realizado por elas, sua participação, suas perspectivas e os desafios enfrentados, bem como as estratégias utilizadas por essas mulheres para permanência nas atividades desenvolvidas. Também buscou-se verificar a diversidade do universo estudado, abordando questões sobre o grau de escolaridade das entrevistadas, sua idade e os tipos de trabalhos realizados dentro do assentamento.

A aplicação dos questionários junto às mulheres foi realizada durante visitas aos respectivos lotes/propriedades, nas quais se buscou empregar uma abordagem que lhes proporcionasse liberdade para expor os aspectos inerentes ao tema da pesquisa. Após o trabalho de campo, os dados dos questionários foram tabulados e analisados no intuito de apontarem os aspectos que poderiam contribuir para o entendimento do universo dessas mulheres nesses assentamentos.

Resultados e discussão

As trajetórias de formação dos grupos de mulheres agricultoras nos Projetos de Assentamento Timboré e Pendengo são semelhantes entre si, partindo de um processo de articulação entre movimentos sociais e instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que preconizam a necessidade de organização e constituição desses grupos para evidenciar a importância do trabalho da mulher no campo, as trocas de conhecimento e a autonomia nas atividades que realizam, demonstrando a relevância do agente externo ao assentamento na articulação/formação dos grupos.

Resultados similares foram encontrados por Mélo et al. (2014) que, analisando a participação das mulheres no grupo “Reciclarte” do Assentamento Carnaúba do Ajudante, em Serra Talhada, Pernambuco, verificaram a importância da interferência externa dos agentes de ATER como fator sensibilizador/motivador para a formação desse grupo de mulheres. As autoras destacam ainda as transformações ocorridas após a formação do grupo, relacionadas à autonomia e à liberdade de expressão das mulheres envolvidas nas atividades realizadas.

O P.A. Timboré possui quatro grupos de mulheres que se uniram há cerca de 30 anos para a produção artesanal de produtos agropecuários ou tradicionais (pães e bolachas) e para a confecção de diversos tipos de artesanatos, incentivadas pelos movimentos sociais e sindicais a que pertenciam – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicato – e pelas instituições prestadoras de serviços de ATER no assentamento – Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) –, visando à obtenção de recursos, via fomento específico, destinados a elas.

Os grupos de mulheres do Assentamento Timboré, voltados à produção artesanal de pães, doces caseiros e bolachas, atualmente, encontram-se com quatro mulheres na fabricação dos produtos. Duas delas continuam produzindo de forma artesanal pães, doces, geleias e bolachas (cerca de 5 a 10 unidades/semana, dependendo do produto), e a venda é realizada diretamente aos consumidores. Já outras dez assentadas, têm optado por fabricar individualmente esses produtos para vender no comércio de Andradina (SP), de porta em porta. Estas têm encontrado mais dificuldades nessa forma de produção e comercialização do que na época em que faziam parte do grupo, principalmente no que tange ao escoamento da produção, que gera em torno de 12 unidades semanais.

A produção de artesanatos no P.A. Timboré tem se tornado uma ótima fonte de renda para seis assentadas, que produzem bolsas, chinelos, chaveiros, colchas de retalho, lençóis e outros itens. Juntas produzem cerca de 6 a 8 unidades semanais de cada produto, vendendo direto ao consumidor. As bolsas alcançam um preço de até R\$ 40,00, os preços dos chinelos variam de R\$28,00 a 30,00, e o valor das colchas e dos lençóis depende do tamanho e tipo de bordado, mas a maioria das peças varia entre R\$70,00 e R\$100,00. Essas mulheres se reúnem para discutir o que irão fabricar e onde pretendem

comercializar, sendo que as vendas normalmente são realizadas dentro do próprio assentamento e em feiras livres. Segundo uma delas:

Iniciamos há muito tempo os grupos pra conseguir um dinheiro que vinha pras mulher e conseguimos com ele um local para confecção dos nossos produtos, as reuniões aconteciam na agrovila ou na casa de alguma mulher do grupo...isso deu pra gente uma coisa pra ganhar nosso dinheiro, às vezes combinamos de todas ir vender na cidade, ou então cada vez uma fica responsável, foi bom porque fizemos muitos cursos e era também pra colocar as conversas em dia. (J., 65 anos, P.A. Timboré).

No Projeto de Assentamento Pendengo, há três grupos que iniciaram as atividades desde a criação do assentamento, em 2009, via associação, mobilizados pelo MST, Sindicato e Movimento dos Trabalhadores Rurais - MTR, além do Incra, surgindo inicialmente como uma forma de resistência das mulheres e também para a obtenção de recursos a partir da comercialização dos produtos, conforme o seguinte depoimento:

O trabalho quando é desenvolvido de forma coletiva e/ou em grupos (coletivo seria o que se faz junto, ao mesmo tempo, vende, desconta os custos e reparte o lucro; em grupo: cada um faz o seu), mas há um grupo que faz produtos semelhantes, o que pode facilitar a aquisição de insumos, conseguir outras formas de comercialização... assim a gente resiste e ganha forças para se destacar na agricultura familiar. (M.S., 40 anos, Vice Presidente da Associação Pendengo)

Os grupos de mulheres do Assentamento Pendengo iniciaram seus trabalhos dando importância a atividades produtivas como a criação de aves de pequeno porte e a confecção de produtos artesanais (pinturas e bordados), que, segundo as assentadas, são atividades mais fáceis de serem desenvolvidas, devido à pouca estrutura que elas mantêm no lote. Diante disso, passam também a requerer projetos que possam ser desenvolvidos em áreas de menor infraestrutura e realizam reuniões para discutirem assuntos pertinentes à produção e ao desenvolvimento das atividades geradoras de renda nos lotes das companheiras do grupo, escolhendo sempre um local que facilite o acesso e a participação de todas. As reuniões ocorrem semanalmente e, em alguns casos, são feitas mais de uma por semana, dependendo da demanda do grupo e/ou da venda dos produtos. Uma das assentadas revela:

As dificuldades que temos de acesso aos lotes das companheiras pra reunião são superadas quando chegamos lá e todo mundo tá reunido,

botando a conversa em dia, discutindo e produzindo. Saio das reuniões com meus panos de prato pintados e prontos pra vender. (A.M., 56 anos, P.A. Pendengo)

Os aspectos apontados nos depoimentos remetem à importância da participação feminina e dos trabalhos coletivos realizados pelos grupos, cujas trajetórias foram também construídas por meio das possibilidades apresentadas, além de proporcionarem um espaço importante de convivência e integração entre as mulheres assentadas, o que também exige uma reestruturação em suas estratégias de (re)produção da força de trabalho. Para Carvalho e Schneider (2013), as mulheres, ao se organizarem, ganham diferentes espaços e, ao mesmo tempo, surge a necessidade de mudanças nas estratégias de produção e reprodução da força de trabalho. O que antes era desenvolvido individualmente na propriedade, em menor escala, passa, a partir das organizações e dos grupos, a ganhar forças voltadas para uma produção maior, sendo as tarefas e os frutos desse trabalho divididos com o coletivo.

Weitzman (2011, p.89) faz uma crítica à forma como têm ocorrido as iniciativas de organização das mulheres nos assentamentos rurais. Segundo a autora:

Há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica (WEITZMAN, 2011, p.89).

Ainda que atividades não-agrícolas, como as de panificação, cozinha e costura, se configurem, para essas mulheres, uma importante estratégia produtiva, essas medidas nem sempre revelam questões mais amplas voltadas para um real empoderamento feminino no campo.

Desse modo, o empoderamento das mulheres do campo não é fácil e nem definitivo, já que:

(...) a subordinação da mulher parece normal dentro da ideologia patriarcal, é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero (DEERE e LEÓN, 2002, p. 55).

Esse processo requer uma “transformação no acesso da mulher tanto aos bens quanto ao poder” e, ao mesmo tempo, o empoderamento feminino é uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres (DEERE e LEÓN, 2002, p. 56).

No P.A. Pendengo, a maioria das mulheres (70%, na faixa etária de 30 a 40 anos) são mais jovens do que no P.A. Timboré (68%, acima de 60 anos), fato esse justificado pelo tempo de formação desses assentamentos. No Timboré (assentamento mais antigo), grande parte das assentadas possuem idade relativamente elevada para as tarefas que executam, daí a importância dos trabalhos realizados em grupos para conseguirem produzir e, ao mesmo tempo, realizar a divisão da força de trabalho no âmbito dessas atividades. Contudo, neste assentamento, a realização do trabalho pelos grupos de mulheres apresentou baixas perspectivas, surgindo desavenças entre os mesmos, que resultaram na redução das atividades coletivas antes desenvolvidas em grupo, passando a ser conduzidas individualmente nos lotes. Uma das assentadas declarou: “Aqui nos reunimos muito pouco, tem tido muita briga, o pessoal tá mais de idade, tem dificuldade de se deslocar e também tem muita briga, porque acaba querendo uma teimar com a outra e vai fazer no seu lote, mesmo sendo mais difícil pra fazer mais coisa sozinha” (M.R.S., 62 anos, P.A. Timboré).

O que chama a atenção no Assentamento Timboré é que as mulheres tiveram um papel efetivo na luta pela conquista da terra e na estruturação básica do assentamento, enfraquecendo-se posteriormente devido à necessidade de organização do próprio lote. Esse enfraquecimento dos grupos ocorreu, segundo elas, em razão da dificuldade de deslocamento. Os lotes ficaram mais distantes e os encontros se tornaram menos frequentes e, como cada mulher tinha vontade de desenvolver individualmente as atividades no seu próprio lote por conta das desavenças ocorridas, o trabalho entre os grupos foi se desfazendo, retornando em outro momento devido ao incentivo de agentes externos (Incra, Itesp e Prefeituras) e à necessidade de produzir em maior escala para comercialização.

As mulheres do Assentamento Pendengo, entre outros interesses e objetivos coexistentes à luta pela terra, buscaram formar seus grupos para capacitação, mediante treinamentos e cursos diversos (artesanato, pintura, fabricação de queijo, doce de leite e pães caseiros), buscando adquirir conhecimentos para a fabricação de produtos, cuja venda poderia auxiliar no rendimento familiar. As atividades dos grupos também se tornaram uma importante oportunidade de troca de experiências, procurando ainda formalizar ações e discussões sobre a melhoria da infraestrutura não só do grupo, mas de

todo o assentamento, em assuntos relacionados à saúde, educação e meio ambiente. Desde o início do assentamento, foram organizadas atividades recreativas (quermisses, bingos, rodeios, etc.) que, além de tornarem o local mais agradável para se viver, também levantaram recursos para a implantação de benfeitorias coletivas (como a cozinha comunitária).

A maioria (82%) das mulheres entrevistadas em ambos os assentamentos possuem baixa escolaridade (estudaram até a 4ª série, atual 5º ano). Nesse contexto, a educação familiar e escolar reforça as distinções de papéis, lugares e espaços determinados pelas relações de gênero, confirmando o que enfatiza Louro (1997) quando afirma que “a escola delimita espaços”. Dessa forma, verifica-se que há, no P.A. Pendengo, uma distinção de tratamento no que tange às mulheres de maior escolaridade, as quais frequentemente ficam responsáveis pelas discussões, elaboração de atas e planejamento de atividades. No entanto, em assentamentos mais antigos, como o Timboré, essa distinção não é tão evidente, pois a mulher que se destaca é a que possui maior círculo de relações sociais ou “expressa-se melhor”, independente do grau de escolaridade.

De acordo com uma delas: “Aqui quem ia atrás das coisas era as que mais conversava, mesmo com pouco estudo, conhecia todo mundo, aí ficava mais fácil de conseguir as coisa e vender o que a gente produzia” (R.S.M, 65 anos, P.A. Timboré).

As atividades realizadas pelas mulheres dos assentamentos Timboré e Pendengo revelam que as estratégias que surgem, a partir da entrada na terra e da experiência acumulada ao longo dos processos produtivos, indicam que o viver na localidade cria vínculos de reconhecimento social que, embora com o passar do tempo possam ser minimizados, permitem que as mulheres se unam e busquem construir seus projetos de vida em conjunto.

Os maiores desafios citados pelas agricultoras entrevistadas são o reconhecimento das atividades do grupo dentro e fora do assentamento (23); a geração de renda com os produtos artesanais (9); conseguir conciliar a vida de mãe, esposa e trabalhadora rural (3); resolver as divergências que ocorrem entre os grupos (2); a dificuldade de acesso ao local das reuniões (2) e as dificuldades financeiras (1). Embora sejam inúmeros os desafios, de certa forma, elas conseguem a cada dia vencer mais um obstáculo, lutando pela permanência na terra e pelas atividades produtivas que desejam implantar.

Diante dessa conjuntura, uma das assentadas do Pendengo declarou: “Temos dificuldades, mas o reconhecimento do nosso trabalho é a maior de todas” (M.J., 43 anos, P.A. Pendengo)

Foi mencionado por todas as entrevistadas que há ainda diferentes tratamentos destinados às mulheres dentro e fora do assentamento e, em muitos casos, os grupos não são reconhecidos como uma estratégia de inserção da mulher no âmbito rural/social. Há ainda a falta de apoio do marido para a realização de tais trabalhos, o que pode levar à redução da participação da mulher nas atividades em grupo. Embora muitas delas tenham desempenhado funções semelhantes às de seus maridos, ainda assim não são reconhecidas como trabalhadoras rurais e essas tarefas são tidas por outros homens como um “auxílio/ajuda extra” no lote, como pode ser observado no depoimento de uma das assentadas: “A gente trabalha duro e ainda assim as tarefas feitas são tidas como ajuda... outro dia meu vizinho passou pelo meu lote, onde eu estava carpindo e disse: ‘Nossa dona Maria hoje você tá com vontade de agradar o marido hein...’” (M.J.O., 36 anos, P.A. Pendengo).

Essa situação se reproduz em outros estudos, como o de Trigo (2006), que ao estudar a participação e a exclusão do trabalho das mulheres em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP), verificou que a maioria acumula as funções de trabalho doméstico e tarefas, na esfera produtiva, referentes à criação de animais e culturas restritas ao quintal, sendo que, em alguns casos, desenvolvem atividades remuneradas (agrícolas e não-agrícolas). No entanto, a autora evidencia que essa participação não prospera com a mesma proporção nas tomadas de decisões, especialmente naquelas referentes à produção destinada à comercialização e em ações que demandam contato direto com agentes externos (pessoas físicas e jurídicas) à família e/ou ao assentamento.

Freire (1975) relata que, no contexto familiar rural brasileiro, há uma clara demarcação entre as esferas do doméstico e do público, circunscritas aos limites do lar e da roça, estabelecidas pela divisão do trabalho e pela atribuição de determinados papéis ao masculino e ao feminino. A construção dos domínios doméstico e público no meio rural, desde a época colonial, reflete a forte base patriarcal dessa sociedade, em que os homens possuíam o poder absoluto e estavam associados ao âmbito público da vida, enquanto que as mulheres estavam confinadas ao espaço doméstico e delas se esperava um comportamento subserviente.

Na conjuntura atual dos assentamentos em análise, em alguns casos, as mulheres tomam as decisões, dentro do lote, acerca do que produzir e como administrar o dinheiro

ganho, assim como vão até a cidade comercializar seus produtos, acumulando jornadas duplas e/ou triplas de trabalho. Uma das mulheres entrevistadas do P.A. Timboré comenta como é sua jornada de trabalho, tendo que se desdobrar entre as atividades “do lar” e do campo:

Acordo cedo todos os dias, não passo das 5 horas da manhã, faço o café pra meu marido, trato das galinhas, das cabras e dos porcos; pego carona com o ônibus escolar às 6:15 da manhã pra ir pra cidade resolver as coisas do sítio, comprar ração pros animais, vender o leite de cabra no mercado e as vassouras quando tem, volto só depois da 7 da noite, meu marido é quem faz a janta, eu tomo banho e, durante a janta, comento como foi os negócios com ele, e vou pra cama dormir que logo tenho que acordar pra mais um dia de trabalho. (J.L.O., 55 anos, P.A. Timboré).

Segundo Schmitz e Santos (2013), a maioria das mulheres que trabalham na agricultura em geral, embora realizem dupla ou tripla jornada (atividades domésticas, agrícolas e não-agrícolas), não recebe nada pelo que faz e muitas vezes seu trabalho é reconhecido como ajuda. “[...] O homem é considerado o chefe da família e é ele quem tem poder para tomar as decisões referentes à unidade de produção, tanto em relação à administração, quanto ao gerenciamento do dinheiro” (SCHMITZ; SANTOS, 2013, p. 350).

As realidades dos dois assentamentos rurais apontam uma participação significativa das mulheres nas atividades produtivas. No entanto, esse fato é mais presente em assentamentos relativamente “mais novos”, como o P.A. Pendengo, em que cerca de 52% das entrevistadas trabalham nos lotes e têm planos de aumentar a participação na renda familiar, apostando no grupo de mulheres como uma grande chance de concretizarem seus intentos. Acerca disso, uma das entrevistadas afirmou:

Hoje eu vejo menos união entre alguns grupos de mulheres do que quando a gente era acampado, ou então quando a gente estava entrando na terra, a gente se reunia mais pra discutir as coisas em grupo, fazer nossos artesanatos, e uma ajuda a outra, ou com as tintas, ou empresta um pano e assim a gente vai tirando nossa renda com isso. No lote a gente trabalha firme pra construir nosso sonho, mas nunca esquecemos da reunião do grupo, porque é daí que a gente tira nossa renda pra ajudar nossos filhos a continuar estudando e comprar o que for preciso pra casa. (M.B.P., 38 anos, P.A. Pendengo)

Corroborando os resultados, Lavratti e Ferreira (2015), ao analisarem a participação das mulheres em assentamentos rurais, no Assentamento Reunidas no município de Promissão (SP), verificaram que há uma tendência de enfraquecimento do coletivo, a partir do instante em que se iniciam a entrada definitiva dos assentados nos lotes, principalmente quando ocorre o atendimento das necessidades básicas das famílias (água, estradas, energia e créditos iniciais). Devido à necessidade de organização da produção, as mulheres abandonam as atividades em grupo e passam a se dedicar ao espaço restrito ao lote e às práticas relacionadas a sua estruturação, reduzindo e, em muitos casos, abandonando os trabalhos com os grupos. Todavia, a comercialização dos produtos, principalmente nas feiras e de porta em porta, tem mantido muitas delas inseridas na atividade externa ao assentamento, que tem sido uma importante estratégia de enfrentamento das dificuldades relacionadas à autonomia feminina no campo.

Para Brumer e Anjos (2008), após a concretização do assentamento, parece haver dificuldades em manter os laços de solidariedade e a singularidade das relações que se constituíram no período de intensa mobilização na época dos acampamentos.

Nos assentamentos Timboré e Pendengo, embora ainda haja grande debate e diversidade de opiniões sobre a efetiva participação feminina e a consolidação dos grupos, as relações estabelecidas, mesmo que inicialmente para algumas mulheres, foram importantes para a organização do trabalho coletivo e, em alguns casos, para o desenvolvimento nos lotes. Além disso, essas relações contribuíram para a estruturação dessas atividades, o incentivo e a valorização dessas mulheres no meio rural.

A realidade desses assentamentos exige uma atuação direta e cotidiana junto às mulheres agricultoras, já que seu dia a dia é profundamente sobrecarregado, envolvendo tanto o trabalho no campo como as tarefas domésticas. Tratam-se de mães com múltiplas jornadas, responsáveis por inúmeras atividades dentro e fora do lote. Há ainda a imprescindibilidade de se respeitar seu trabalho, suas experiências, seus sonhos e desejos, sendo uma forma de reconhecer a importância dessas mulheres diante de um processo histórico de resistência que elas ajudaram a construir na conjuntura da reforma agrária.

Considerações finais

As trajetórias de formação dos grupos de mulheres nos dois assentamentos (Timboré e Pendengo) se desenvolveram a partir da articulação entre movimentos sociais e instituições de ATER, o que demonstra a importância do agente externo no processo de sensibilização/motivação dessas mulheres para se organizarem. Embora ainda haja

grande debate e diversidade de opiniões sobre a efetiva participação feminina e a consolidação dos grupos, as relações estabelecidas, mesmo que inicialmente para algumas mulheres, foram importantes para a organização do trabalho grupal, conquanto haja certa tendência de enfraquecimento do coletivo, principalmente, a partir do instante em que se inicia a entrada definitiva nos assentamentos, momento este em que parte das mulheres passa a se dedicar mais ao lote, reduzindo e/ou abandonando os trabalhos nos grupos.

As mulheres envolvidas nos grupos têm desenvolvido ações que visam à geração de renda, por meio da transformação e agregação de valor aos produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas) e da confecção de diversos tipos de artesanatos. Essas ações têm permitido a troca de experiências entre elas e a construção de novos espaços de convivência e socialização. Entre os principais desafios citados pelas entrevistadas está o reconhecimento do trabalho feminino dentro e fora do assentamento, aliando-se a isso a necessidade de mudança da condição de subordinação da mulher e das relações de gênero existentes no meio rural.

Referências bibliográficas

CARVALHO, C.; SCHNEIDER, S. “Fornadjeiras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 215-232, 2013.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 504p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 93p.

LAVINAS, L. Produtoras rurais: a novidade dos anos 90. **Reforma Agrária - ABRA**, São Paulo, v 21, n. 2, p. 4-9, 1991.

LAVRATTI, I.M.; FERREIRA, L. S. **A participação das mulheres em assentamentos: dominação patriarcal e ações coletivas**. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-participacao-das-mulheres_iaramilreu-lavratti.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

LEITE, S. et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.184p.

MARTINS, V. S. **Lugar da morada: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária.** 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Maud, 2004. 307p.

MELO, A. B.; MORAES, L. L. de; COSTA, M. A. G. **Grupo de mulheres rurais “RECICLARTE”: a fuga do cotidiano** (2014). Disponível em: < [http:// www. ufpb. br/ evento/ lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1919/881](http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1919/881)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MENEGAT, A. S. Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder.** Florianópolis, 2008. 7p.

MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal:** assentados na lama e na areia. 2003. 195f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In:PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. **Ideias e Dinâmicas para trabalhar com gênero.** Recife: SOS Corpo, p. 213-221, 1999.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

SAFFIOTTI, H. I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 198. 98p.

SANT’ANA, A. L. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP).** 2003. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SIMIÃO, D. S.; MARCHI, L. **Falando em gênero:** novas práticas de relações de gênero no trabalho com setores populares. Curitiba: ADITEPP, 1995. 22p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUIFP, 1999. 325p.

TRIGO, J. M. Participação e exclusão: **O trabalho feminino nos assentamentos rurais da região de Andradina (SP).** 2006. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2006.

TRIGO, J. M.; SANT´ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Participação das mulheres no trabalho e nas decisões familiares em assentamentos rurais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, p.18 - 30, 2009.

WEITZMAN, R. Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural. In: **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, A.; DANTAS, Isolda (Orgs.). Brasília: MDA, 2011. 48p.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995. 336p.

YANNOULAS, S.C. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 53p.